



ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS

DADOS INSTITUCIONAIS

CNPJ:	17.145.404/0001-76
Razão Social:	CENTRO EDUCACIONAL MALTA LTDA
Nome de Fantasia:	FACULDADE MALTA
Esfera Administrativa:	PRIVADA
Endereço:	Av. Barão de Gurguéia, nº 3333b, Bairro Vermelha
Cidade/UF/CEP:	TERESINA-PI. CEP: 64018-500
Telefone:	(86) 3303-5002
E-mail de contato:	maltafaculdade@gmail.com
Site da unidade:	http://www.faculdademalta.edu.br/



Missão

Promover um ensino que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando sua autonomia intelectual e a autorrealização, formando profissionais críticos e reflexivos com visão generalista e multidisciplinar, conscientes de seu papel social.”



Valores

A confiança, sensibilidade, flexão, justiça, honestidade, autodesenvolvimento, respeito ao próximo e percepção, empatia, descentralização e nobreza de espírito.”



Visão de futuro

Ser uma Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida pela excelência nos serviços educacionais, meios para que a sua comunidade acadêmica realize, em sua plenitude, as legítimas aspirações da pessoa humana, atuando em perfeita sintonia com a sociedade apoiada em valores éticos inalienáveis, buscando sempre a racionalização de recursos e a otimização de resultados, comprometida com as transformações do seu tempo.

Princípios institucionais

- ✿ Ética, consciente de sua responsabilidade social e compromissada com os valores de justiça, igualdade e fraternidade;
- ✿ Atuante no resgate da cidadania, na formação do cidadão como ser ético e político, consciente de suas responsabilidades, de seus direitos e deveres;
- ✿ Aglutinadora, aberta a todo o saber, crítica, criativa e competente;
- ✿ Comprometida com resultados;
- ✿ Aberta a parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração;

Sobre a Autor(a):**Thayane Nascimento Freitas****FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Atualmente é Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Piauí. Mestra em Educação Especial e Inclusiva na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/PROFEI. Professora Efetiva da Secretaria Municipal de Educação- SEMEC de Teresina_PI, atuando como formadora de professores na perspectiva inclusiva. Coordenadora de Iniciação Científica e Monitoria da Faculdade Malta. Foi professora Substituta da Universidade Estadual do Piauí- UESPI -Campus Torquato Neto- Teresina. Atuou como Professora substituta do Curso de física e matemática do Instituto Federal do Piauí- IFPI, campus Teresina central. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (2014), pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Graduada em Letras/Libras, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci- UNIASSELVI. Especialista em Língua Brasileira de Sinais com docência no Ensino Superior, pela Faculdade Evangélica do meio norte- FAEME. Especialista em Educação Especial, pelo Instituto de Ensino Superior Múltiplo-IESM. Especialista em Supervisão, Gestão Escolar e docência do Ensino Superior, pela Faculdade Einstein- FACEI. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita Digital/ NEPCED/CEALE//UFMG. Desenvolve pesquisas na área da Educação, com ênfase na área dos Estudos Surdos, Libras, Surdez e Educação Especial.

APRESENTAÇÃO

Caro/a estudante,

Este material didático foi elaborado para a disciplina Análise de Livros Didáticos, com carga horária de 40 horas, destinada à formação de professores no curso de Pedagogia da Faculdade Malta.

O livro didático ocupa um lugar central nas práticas escolares brasileiras, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ele organiza conteúdos, orienta atividades, apresenta imagens, textos, propostas de leitura, exercícios e diferentes formas de abordagem do conhecimento. No entanto, é importante compreender que o livro didático não é um material neutro. Ele expressa escolhas pedagógicas, políticas, culturais e sociais que precisam ser analisadas criticamente pelo professor.

Ao longo deste e-book, você será convidado(a) a refletir sobre a constituição do livro didático, seus fundamentos históricos, sua relação com as políticas públicas educacionais, seus critérios pedagógicos e sua função na prática docente. Também serão discutidas questões relacionadas à interdisciplinaridade, à diversidade, à inclusão, à representatividade, ao racismo, aos estereótipos e à promoção humana no contexto escolar.

No Módulo 1, estudaremos os fundamentos da análise dos livros didáticos, considerando seus aspectos políticos, pedagógicos, linguísticos, discursivos e ideológicos.

No Módulo 2, aprofundaremos a relação entre livro didático, interdisciplinaridade e formação humana, com ênfase nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na prática pedagógica cotidiana.

Este material não pretende esgotar a discussão sobre o tema, mas contribuir para que você desenvolva um olhar crítico, reflexivo e responsável diante dos livros didáticos utilizados na escola. A intenção é fortalecer a formação docente e ampliar a compreensão sobre o papel do professor na escolha, análise, adaptação e utilização desses materiais.

Bons estudos.

SUMÁRIO

UNIDADE 1 – Fundamentos da análise dos livros didáticos.....

UNIDADE 2 – Livro didático, interdisciplinaridade e formação humana.....

UNIDADE 1 - FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

OBJETIVOS:

1. Compreender o papel histórico, político e pedagógico do livro didático na educação brasileira;
2. Conhecer as políticas públicas relacionadas à produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos;
3. Identificar os principais critérios utilizados na análise pedagógica dos materiais didáticos;
4. Desenvolver uma postura crítica diante da seleção e utilização dos livros didáticos no contexto escolar. para os alunos.

CAPÍTULO 1- LIVRO DIDÁTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O livro didático constitui um dos recursos pedagógicos mais utilizados nas escolas brasileiras. Presente em praticamente todas as etapas da Educação Básica, ele desempenha papel relevante na organização curricular, na seleção dos conteúdos escolares e na orientação das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores.

Embora muitas vezes seja percebido apenas como um instrumento de apoio ao ensino, o livro didático possui uma dimensão muito mais ampla. Trata-se de um artefato cultural, político e pedagógico que expressa concepções de educação, sociedade, infância, conhecimento e cidadania. Dessa forma, sua análise requer um olhar crítico que ultrapasse os aspectos meramente técnicos ou metodológicos.

Ao longo da história da educação brasileira, os livros didáticos foram assumindo diferentes funções e características, acompanhando as transformações sociais, econômicas e políticas do país. Em determinados momentos, foram utilizados como instrumentos de uniformização cultural e em outros, passaram a incorporar perspectivas mais democráticas e inclusivas. Compreender esse percurso histórico é fundamental para analisar criticamente os materiais utilizados nas escolas contemporâneas.

1.1 O LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EDUCACIONAL

As políticas públicas educacionais podem ser compreendidas como o conjunto de ações, programas e estratégias desenvolvidas pelo Estado com o objetivo de garantir o direito à educação e promover melhorias nos sistemas de ensino. Nesse contexto, o livro didático ocupa posição estratégica. Além de apoiar o trabalho pedagógico dos professores, ele representa um importante mecanismo de democratização do acesso ao conhecimento, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades sociais e regionais.

A distribuição gratuita de livros didáticos pelo governo federal possibilita que milhões de estudantes tenham acesso a materiais de qualidade, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais. Dessa forma, o livro didático deixa de ser apenas um recurso pedagógico e passa a integrar uma política pública de garantia do direito à educação.

Entretanto, é importante compreender que nenhuma política pública é neutra. Os processos de seleção, avaliação e produção dos livros didáticos envolvem

escolhas curriculares, culturais e ideológicas que refletem disputas presentes na sociedade. Por essa razão, a análise crítica dos livros didáticos constitui uma competência essencial para o professor.



FONTE: Imagem google

De acordo com o Ministério da Educação (Brasil, 2008), o livro didático desempenha funções pedagógicas e sociais, constituindo-se como um importante recurso para o processo de ensino e aprendizagem. Além de auxiliar o trabalho docente e a apropriação dos conhecimentos pelos estudantes, sua distribuição contribui para a melhoria da qualidade da educação básica e para a inclusão social, especialmente ao garantir o acesso a materiais didáticos para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Compreende-se que o livro didático constitui muito mais do que um simples material de apoio ao ensino. Sua produção, seleção e distribuição refletem diretrizes educacionais, concepções de currículo e objetivos sociais definidos pelas políticas públicas. Assim, ao mesmo tempo em que promove o acesso ao conhecimento e contribui para a democratização da educação, o livro didático também exige do professor uma postura crítica e reflexiva, capaz de analisar os conteúdos, valores e representações presentes em suas páginas.

PARA REFLETIR

O livro didático influencia apenas o que os estudantes aprendem ou também contribui para a formação de valores, identidades e visões de mundo?

1.2 EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E LIVRO DIDÁTICO

A relação entre currículo e livro didático é estreita. Em muitas escolas, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o livro didático acaba funcionando como principal referência para a organização das atividades pedagógicas.

Embora o currículo oficial seja definido por documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), frequentemente é o livro didático que materializa esses conteúdos na prática cotidiana da sala de aula. Isso significa que a forma como determinado conteúdo é apresentado no livro influencia diretamente a maneira como ele será trabalhado pelos professores e compreendido pelos estudantes.

Segundo Domingui (2010), o livro didático constitui um dos principais recursos utilizados no contexto escolar, apresentando os conteúdos de forma sistematizada para serem desenvolvidos nas diferentes disciplinas. O autor destaca que esse material representa uma ferramenta de grande potencial para o processo de ensino e aprendizagem, atuando como orientador das práticas pedagógicas e influenciando a seleção, a organização e o desenvolvimento dos conteúdos escolares.

Nessa perspectiva, o livro didático pode ser compreendido como uma importante mediação entre o currículo prescrito e o currículo efetivamente desenvolvido em sala de aula. Conforme apontam Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), citados por Domingui (2010), o livro didático integra o conjunto de instrumentos da instituição escolar e está diretamente vinculado à política educacional e ao contexto histórico e social em que é produzido e utilizado.

Além disso, o processo de elaboração dos livros didáticos envolve escolhas relacionadas aos conhecimentos considerados relevantes para serem ensinados.

Chevallard (1991) explica que os conteúdos científicos passam por um processo denominado transposição didática, no qual o saber produzido pela ciência é adaptado para se tornar ensinável no contexto escolar. Dessa forma, os conteúdos presentes nos livros didáticos não correspondem a uma reprodução fiel do conhecimento científico, mas a uma versão reorganizada e adequada às necessidades educacionais dos estudantes.

Por esse motivo, a análise dos livros didáticos deve considerar aspectos como:



Outro aspecto relevante refere-se aos valores, concepções e visões de mundo presentes nos materiais didáticos. Para Bittencourt (2003), o livro didático possui múltiplas funções, podendo ser compreendido simultaneamente como suporte de conhecimentos, instrumento pedagógico, produto cultural e veículo de valores ideológicos e culturais. Assim, a análise crítica desse recurso torna-se indispensável para que professores e gestores compreendam os discursos e representações que circulam por meio dos conteúdos escolares.

Quando utilizado de forma crítica e reflexiva, o livro didático pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da aprendizagem. Contudo, quando utilizado de forma mecânica e acrítica, pode limitar as possibilidades pedagógicas e restringir a autonomia docente. Dominguini (2010) destaca que em muitas situações o livro didático configura-se como o principal e, por vezes, o único instrumento utilizado

para a seleção e organização dos conteúdos escolares, o que reforça a necessidade de que sua escolha e utilização sejam acompanhadas de análise crítica e alinhamento às finalidades educacionais da escola.

O livro didático ocupa posição central na articulação entre educação e currículo, uma vez que transforma as orientações curriculares em experiências concretas de ensino e aprendizagem. Por essa razão, sua análise não deve restringir-se aos conteúdos apresentados, mas considerar também as concepções pedagógicas, culturais e sociais que orientam sua produção.

O professor assume papel fundamental ao utilizar o livro didático como um recurso de mediação pedagógica, e não como única fonte de conhecimento, garantindo práticas educativas mais críticas, contextualizadas e alinhadas aos objetivos formativos da educação básica.

1.3 O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DO LIVRO DIDÁTICO

Um dos equívocos mais comuns no contexto escolar consiste em atribuir ao livro didático a responsabilidade exclusiva pelo ensino. Embora seja um recurso importante, ele não substitui o planejamento pedagógico, a mediação docente e a construção coletiva do conhecimento.

O professor desempenha papel fundamental na interpretação, adaptação e contextualização dos conteúdos apresentados no material didático. Sua atuação é essencial para identificar limitações, corrigir possíveis inadequações e ampliar as discussões propostas pelo livro.

Nesse sentido, a utilização crítica do livro didático exige que o professor desenvolva competências relacionadas à análise pedagógica, curricular e social dos materiais utilizados em sala de aula. Mais do que seguir rigidamente as atividades propostas, o educador precisa questionar:

- Quais conhecimentos estão sendo valorizados?
- Quais grupos sociais aparecem representados?
- Existem estereótipos ou preconceitos?
- As atividades promovem reflexão crítica?
- O material contempla a diversidade cultural brasileira?

Essas questões ajudam a transformar o livro didático em um instrumento de aprendizagem mais democrático, inclusivo e significativo. Diversos estudos apontam que a relevância do livro didático está diretamente relacionada à forma como ele é utilizado pelo professor. Romanatto (2004), citado por Santos e Martins (2011), afirma que o livro didático é um eficiente recurso de aprendizagem, mas sua eficácia depende da escolha realizada pelo docente e da maneira como é explorado em sala de aula.

Segundo o autor, a importância desse material está vinculada à capacidade do professor de potencializar seus pontos fortes e superar suas limitações. Nessa perspectiva, o professor deixa de ser um simples executor de propostas prontas para assumir o papel de mediador do conhecimento. Santos e Martins (2011) destacam que o livro didático não deve ser compreendido como um conjunto de informações acabadas, destinadas apenas à reprodução de conteúdo pelos estudantes. Pelo contrário, trata-se de um recurso que necessita ser constantemente problematizado e articulado à realidade dos alunos, evitando práticas pedagógicas baseadas exclusivamente na memorização e na repetição de informações.

Os autores ressaltam que o professor possui papel decisivo na escolha dos materiais didáticos disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Após a avaliação técnica realizada pelo Ministério da Educação, cabe aos docentes selecionar as obras que melhor atendem às características de seus estudantes, aos objetivos pedagógicos da escola e às demandas do contexto local. Essa responsabilidade exige conhecimento curricular, capacidade crítica e compreensão das diferentes concepções de ensino presentes nos materiais analisados.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de adaptação dos conteúdos às especificidades dos estudantes. Conforme Santos e Martins (2011), os livros didáticos não retratam a realidade de forma neutra ou integral, pois representam interpretações, seleções e simplificações dos conhecimentos produzidos socialmente. Dessa forma, cabe ao professor promover reflexões, ampliar perspectivas e contextualizar os conteúdos, garantindo que a aprendizagem seja significativa e relacionada às experiências vividas pelos alunos.

A literatura também aponta que muitos livros didáticos apresentam orientações detalhadas para o trabalho docente. Entretanto, essas orientações não devem ser compreendidas como prescrições rígidas. Santos e Martins (2011) argumentam que o manual do professor deve funcionar como um instrumento de apoio ao planejamento e à execução das aulas, sem comprometer a autonomia

pedagógica do educador. O trabalho docente exige criatividade, reflexão e capacidade de adequar as propostas didáticas às necessidades reais da turma.

Nesse contexto, torna-se fundamental preservar a autonomia docente. Embora o livro didático ofereça caminhos metodológicos, sequências didáticas e sugestões de atividades, o professor é quem possui condições de avaliar quais estratégias são mais adequadas para promover a aprendizagem. Como destacam os autores, a prática pedagógica não pode ser padronizada, pois cada turma apresenta características, ritmos de aprendizagem e necessidades específicas.

Quanto aos desafios contemporâneos, as transformações tecnológicas vêm modificando significativamente as formas de produção, circulação e acesso ao conhecimento. O avanço das tecnologias digitais, das plataformas educacionais e dos recursos multimídia tem provocado mudanças importantes na função tradicional do livro didático. Atualmente, muitos materiais são acompanhados por ambientes virtuais de aprendizagem, vídeos, animações, jogos educativos e recursos interativos.

Apesar dessas transformações, o livro didático continua desempenhando papel relevante no contexto educacional, permanece como um dos recursos pedagógicos mais presentes nas escolas brasileiras, auxiliando o professor desde o planejamento até a execução das atividades de ensino. Contudo, sua utilização deve ocorrer de forma articulada a outras fontes de informação e recursos didáticos, ampliando as oportunidades de aprendizagem e estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

O professor precisa compreender que o livro didático não deve ser encarado como única fonte de conhecimento, mas como um recurso que dialoga com diferentes mídias, experiências e práticas educativas. Sua atuação crítica e reflexiva é o que transforma o livro didático em um instrumento efetivamente capaz de contribuir para uma educação democrática, inclusiva e comprometida com a formação integral dos estudantes.

Santos e Martins (2011) defendem que a valorização do livro didático deve caminhar juntamente com o investimento na formação continuada dos professores. Quanto maior for a qualificação docente, maiores serão as possibilidades de utilização crítica, criativa e contextualizada dos materiais didáticos, favorecendo práticas pedagógicas mais significativas e alinhadas às demandas educacionais contemporâneas.

CAPÍTULO 2- HISTÓRIA E CONSTITUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO



FONTE: Imagens google

O livro didático é um dos recursos pedagógicos mais presentes na história da educação escolar. Sua trajetória acompanha as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas pelas sociedades ao longo do tempo. Mais do que um simples material de ensino, o livro didático constitui um importante artefato cultural que expressa concepções de conhecimento, valores sociais, projetos políticos e perspectivas educacionais de cada período histórico.

Compreender a história do livro didático significa compreender também a história da escola, do currículo e das formas de ensinar. Os conteúdos presentes nos livros, as imagens utilizadas, os exemplos selecionados e até mesmo a linguagem empregada refletem visões de mundo que foram sendo construídas socialmente ao longo dos séculos.

Nesse sentido, analisar historicamente os livros didáticos permite compreender que esses materiais não são neutros. Pelo contrário, eles são produzidos em determinados contextos históricos e carregam marcas das relações de poder existentes na sociedade.

2.1 AS ORIGENS DOS LIVROS DIDÁTICOS

Os materiais didáticos acompanham a história da educação desde as primeiras formas de escolarização organizadas pelas sociedades humanas. Entretanto, o livro didático, tal como o conhecemos atualmente, é resultado de um

longo processo histórico relacionado à expansão da escola moderna, ao desenvolvimento da imprensa e à necessidade de sistematização dos conhecimentos escolares.

Nas civilizações antigas, o ensino ocorria predominantemente por meio da oralidade, da observação e da repetição. Os registros escritos eram restritos a pequenos grupos sociais e possuíam circulação limitada. Somente após a invenção da imprensa, no século XV, tornou-se possível ampliar a produção e a disseminação de materiais voltados ao ensino.

Com a expansão da escolarização, os livros passaram a assumir papel cada vez mais relevante na organização das práticas educativas. Inicialmente, esses materiais possuíam forte caráter normativo e buscavam transmitir valores religiosos, morais e culturais considerados essenciais para a formação dos indivíduos.

Ao discutir a importância dos livros didáticos, Santos e Martins (2011) destacam que esses materiais ocupam posição privilegiada na educação brasileira, constituindo-se em um dos recursos pedagógicos mais utilizados nas salas de aula. Segundo as autoras, sua relevância ultrapassa a função de apoio ao ensino, uma vez que também contribuem para a organização das práticas pedagógicas e para a circulação dos conhecimentos socialmente produzidos. Compreender a origem dos livros didáticos significa compreender também a própria trajetória da escola e das formas de produção e transmissão do conhecimento.

A consolidação da escola moderna ocorreu paralelamente à organização dos sistemas nacionais de ensino. Nesse contexto, o livro didático passou a desempenhar papel fundamental na padronização curricular e na difusão dos conhecimentos considerados necessários à formação dos cidadãos.

Ao longo dos séculos XIX e XX, os livros didáticos tornaram-se instrumentos centrais da escolarização, auxiliando professores na organização dos conteúdos e contribuindo para a uniformização das práticas educativas.

Segundo Cassiano (2008), o livro didático constitui um dos principais elementos prescritores do currículo escolar, influenciando diretamente aquilo que é ensinado e as estratégias utilizadas em sala de aula. Sua presença cotidiana nas escolas faz com que ele exerça forte influência sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos estudantes.

Da mesma forma, Xavier, Freire e Moraes (2006) afirmam que o livro didático desempenha papel determinante na organização curricular e na prática pedagógica

dos professores, sendo considerado um dos principais instrumentos de articulação entre conhecimento científico e formação cidadã. Nessa perspectiva, o livro didático deixa de ser compreendido apenas como um material de apoio e passa a ser reconhecido como componente estruturante da cultura escolar.

2.3 A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

A trajetória do livro didático no Brasil acompanha os diferentes momentos históricos da educação nacional. Durante o período colonial, os materiais utilizados possuíam forte influência religiosa e eram destinados principalmente às elites. Com a ampliação dos sistemas educacionais ao longo do século XIX, surgiram as primeiras iniciativas voltadas à produção de materiais especificamente destinados às escolas brasileiras.

Santos e Martins (2011) observam que, durante muito tempo, o acesso aos livros didáticos esteve restrito a determinados grupos sociais. Somente com a expansão das políticas educacionais e da escolarização pública esses materiais passaram a alcançar um número maior de estudantes.

Nas décadas de 1970 e 1980, o livro didático consolidou-se como principal recurso pedagógico das escolas brasileiras. Segundo as autoras, fatores como a expansão das matrículas e as dificuldades estruturais das escolas contribuíram para que o livro assumisse posição central no processo de ensino e aprendizagem.

Ao mesmo tempo, surgiram pesquisas que passaram a questionar a qualidade dos conteúdos, a presença de preconceitos e a reprodução de estereótipos presentes nos materiais escolares. Esses estudos contribuíram para ampliar os debates sobre a necessidade de avaliação crítica dos livros didáticos.

Uma das contribuições mais importantes dos estudos contemporâneos sobre livros didáticos consiste em reconhecer que esses materiais não são neutros. Os livros didáticos são produzidos em determinados contextos históricos e refletem valores, concepções de mundo, interesses sociais e perspectivas ideológicas presentes na sociedade.

Dominguini (2010) destaca que o livro didático sofre influências diretas e indiretas das ideologias predominantes em cada momento histórico. Por essa razão, sua análise não pode limitar-se aos aspectos metodológicos ou aos conteúdos apresentados.

De maneira semelhante, Macêdo (2004) compreende os livros didáticos como produtos culturais resultantes de complexas interações econômicas, sociais e culturais. Isso significa que a seleção dos conteúdos, das imagens e das atividades nunca ocorre de forma totalmente neutra.

Ao analisar um livro didático, é necessário questionar quais grupos sociais aparecem representados, quais vozes são valorizadas e quais perspectivas permanecem silenciadas. Essa postura crítica contribui para que professores e estudantes compreendam o conhecimento escolar como construção histórica e social.



FONTE: Imagem google

O fortalecimento das políticas públicas voltadas ao livro didático resultou na criação de programas governamentais destinados à avaliação e distribuição desses materiais.

Atualmente, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) constitui a principal política pública brasileira voltada à aquisição e distribuição gratuita de livros para a Educação Básica. Domingui (2010) observa que a expansão dos programas governamentais de distribuição de livros didáticos contribuiu para ampliar o interesse acadêmico sobre esses materiais, tornando ainda mais necessária a realização de pesquisas e análises críticas sobre sua qualidade.

Santos e Martins (2011) destacam que a criação do PNLD representou um importante avanço na garantia da qualidade dos livros destinados às escolas públicas, uma vez que passou a submeter as obras a processos de avaliação pedagógica antes

de sua distribuição. Dessa forma, o programa contribui não apenas para democratizar o acesso aos materiais didáticos, mas também para qualificar os recursos utilizados no processo educativo. A escolha de um livro didático exige análise cuidadosa de diferentes aspectos relacionados à qualidade pedagógica da obra.

Freitas e Fracalossi (2015) ressaltam que o professor precisa considerar muito mais do que a quantidade de conteúdos disponíveis no material. Segundo os autores, a seleção deve contemplar critérios relacionados à clareza conceitual, à qualidade metodológica, à contextualização dos conteúdos, à adequação à faixa etária e à diversidade das atividades propostas.

Os autores também destacam a importância da análise dos recursos visuais, da interdisciplinaridade, da organização dos conteúdos e da capacidade do livro de estimular a reflexão crítica dos estudantes. A avaliação pedagógica deve considerar se o material favorece a construção do conhecimento, promove a participação ativa dos estudantes e contribui para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

As transformações sociais e educacionais das últimas décadas ampliaram as discussões sobre diversidade e inclusão nos materiais didáticos. Atualmente, espera-se que os livros didáticos representem adequadamente a pluralidade cultural, étnica, linguística e social da população brasileira.

Horikawa e Jardimino (2010) afirmam que o livro didático participa diretamente da formação das identidades sociais e nacionais. Por essa razão, a forma como diferentes grupos são representados nos materiais escolares exerce influência significativa sobre a construção das percepções dos estudantes acerca da sociedade.

A análise crítica dos livros deve observar a presença de representações respeitadas das mulheres, da população negra, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência e de outros grupos historicamente invisibilizados. Mais do que cumprir exigências legais, a valorização da diversidade nos livros didáticos contribui para a construção de uma educação democrática, inclusiva e comprometida com os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta unidade, foi possível compreender que o livro didático ocupa um lugar de destaque na educação brasileira, não apenas como recurso pedagógico, mas também como instrumento de política pública educacional. Sua presença nas escolas resulta de um conjunto de ações governamentais voltadas à democratização do acesso ao conhecimento e à promoção da equidade educacional.

Também foi possível analisar a estreita relação entre currículo e livro didático, uma vez que esse material frequentemente materializa, no cotidiano escolar, as orientações curriculares estabelecidas pelos documentos oficiais. Nesse sentido, os conteúdos, metodologias, atividades e representações presentes nos livros exercem influência significativa sobre os processos de ensino e aprendizagem.

O livro didático não deve ser compreendido como única fonte de conhecimento nem como instrumento capaz de substituir a ação docente. Cabe ao educador interpretar, contextualizar, adaptar e ampliar as propostas apresentadas, promovendo práticas pedagógicas que favoreçam a reflexão, a inclusão, a valorização da diversidade e a construção de aprendizagens significativas.

Compreender o livro didático em suas dimensões pedagógica, curricular, social e política constitui condição essencial para que professores e demais profissionais da educação realizem escolhas conscientes e desenvolvam uma prática educativa crítica, comprometida com a formação integral dos estudantes.

HORA DE REVISAR

- O livro didático é um importante instrumento das políticas públicas educacionais, possui funções pedagógicas, sociais, culturais, curriculares, e não substitui o planejamento pedagógico nem a mediação do professor.
- O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) contribui para a democratização do acesso aos materiais didáticos.
- Os conteúdos presentes nos livros didáticos refletem escolhas pedagógicas, culturais e ideológicas. O currículo escolar e o livro didático mantêm uma relação direta, influenciando a organização das práticas de ensino.

- A análise crítica dos livros didáticos deve considerar conteúdos, linguagem, atividades, recursos visuais, representações sociais e alinhamento curricular.
- O professor é o principal mediador entre o livro didático e a aprendizagem dos estudantes. O uso crítico do livro didático fortalece a autonomia docente e amplia as possibilidades de aprendizagem.
- As tecnologias digitais ampliam as possibilidades de utilização dos materiais didáticos, mas não eliminam a importância do livro no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L. **Material pedagógico: conceitos e práticas no contexto educacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Em foco: história, produção e memória do livro didático**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473, set./dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica; **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Física: catálogo do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM 2009. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)**. Brasília: MEC/FNDE, edição vigente.

CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné**. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.

DOMINGUINI, Lucas. **Fatores que evidenciam a necessidade de debates sobre o livro didático**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 5., 2010, Caxias do Sul. Anais [...]. Caxias do Sul: CINFE, 2010.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem? Professor x livro didático**. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. São Paulo: Summus, 1984.

ROMANATTO, Mauro Carlos. O livro didático: alcances e limites. São Paulo: SBEM, 2004. Disponível em: <http://www.sbempaulista.org.br>. Acesso em: 19 jun. 2005.

SANTOS, Vanessa dos Anjos dos; MARTINS, Liziane. **A importância do livro didático**. *Candombá – Revista Virtual*, v. 7, n. 1, p. 20-33, jan./dez. 2011

UNIDADE 2 – LIVRO DIDÁTICO, INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO HUMANA

OBJETIVOS:

- **Compreender o papel do livro didático nos anos iniciais do Ensino Fundamental;**
- **Analisar a relação entre livro didático e prática pedagógica interdisciplinar;**
- **Refletir criticamente sobre a presença de preconceitos, estereótipos e exclusões nos materiais didáticos;**
- **Reconhecer o potencial do livro didático para a promoção humana e para o desenvolvimento social das crianças;**
- **Desenvolver estratégias de utilização crítica e contextualizada dos livros didáticos no cotidiano escolar.**

CAPÍTULO 1- O LIVRO DIDÁTICO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR

Os anos iniciais do Ensino Fundamental representam uma etapa decisiva na formação escolar das crianças. É nesse período que se consolidam processos relacionados à alfabetização, ao letramento, à construção do raciocínio lógico, à socialização e à ampliação das experiências culturais.

Nesse contexto, o livro didático assume papel relevante, pois frequentemente constitui um dos principais recursos pedagógicos utilizados pelos professores na organização das atividades escolares.

Entretanto, compreender a função do livro didático nos anos iniciais exige ultrapassar a visão tradicional que o reduz a um simples instrumento de transmissão de conteúdos. É necessário reconhecê-lo como um recurso mediador do processo de ensino e aprendizagem, cuja utilização depende diretamente da ação pedagógica do professor.

Segundo Val (2009), os livros didáticos influenciam significativamente as práticas de alfabetização e letramento desenvolvidas nas escolas, uma vez que organizam conteúdos, atividades e propostas metodológicas que orientam o trabalho docente. Contudo, a autora destaca que a aprendizagem não ocorre pela simples utilização do material, mas pela forma como os professores interpretam, adaptam e contextualizam suas propostas.

Da mesma forma, Verceze e Silvino (2008) afirmam que o livro didático deve ser compreendido como instrumento de mediação entre os conhecimentos escolares e a realidade dos estudantes. Para as autoras, o material precisa favorecer a construção de conhecimentos e considerar os saberes que os alunos trazem para a escola, articulando conteúdos escolares e experiências cotidianas.

O livro didático deve ser compreendido como um instrumento de apoio à prática pedagógica e não como elemento capaz de substituir o planejamento docente ou as experiências educativas construídas coletivamente em sala de aula. Veja o infográfico abaixo que resume a função deste livro didático no Ensino Fundamental Anos Iniciais:



1.1 O LIVRO DIDÁTICO, A ALFABETIZAÇÃO, O LETRAMENTO E A MEDIAÇÃO DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Os anos iniciais do Ensino Fundamental constituem uma etapa fundamental para o desenvolvimento das aprendizagens escolares, especialmente no que se refere à alfabetização, ao letramento e à construção das bases cognitivas, sociais e culturais que acompanharão os estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. Nesse contexto, o livro didático ocupa posição de destaque, configurando-se historicamente como um dos principais recursos pedagógicos utilizados nas escolas brasileiras.

Durante grande parte da história da educação nacional, a alfabetização esteve associada à utilização de cartilhas e materiais didáticos organizados a partir da memorização de sílabas, palavras e frases. Essa concepção compreendia a aprendizagem da leitura e da escrita como um processo predominantemente

mecânico, centrado na decodificação dos códigos linguísticos. O livro didático assumia, nesse cenário, a função de orientar exercícios repetitivos, cópias, leituras fragmentadas e atividades voltadas à fixação de regras gramaticais.

As transformações ocorridas nas pesquisas educacionais e linguísticas, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, contribuíram para a revisão dessas concepções. Os estudos sobre alfabetização e letramento passaram a defender que aprender a ler e escrever envolve muito mais do que dominar códigos gráficos; significa participar de práticas sociais que utilizam a linguagem para comunicar, interpretar, produzir sentidos e interagir com o mundo.

Nesse sentido, Castanheira, Maciel e Martins (2008) argumentam que a alfabetização deve ocorrer articulada às práticas sociais de leitura e escrita, possibilitando que as crianças compreendam as múltiplas funções da linguagem nos diferentes contextos da vida cotidiana. Sob essa perspectiva, o letramento amplia a compreensão da alfabetização ao enfatizar os usos sociais da leitura e da escrita e a inserção dos sujeitos em práticas culturais mediadas pela linguagem.

Essa mudança de paradigma produziu impactos significativos na elaboração dos livros didáticos contemporâneos. Atualmente, observa-se uma ampliação dos gêneros textuais presentes nesses materiais, incluindo notícias, histórias em quadrinhos, cartas, poemas, propagandas, receitas, entrevistas, reportagens, textos digitais e diversos outros formatos que aproximam os estudantes das práticas reais de linguagem. Além disso, os livros passaram a incorporar propostas de produção textual, atividades investigativas, projetos de leitura e situações comunicativas contextualizadas.

Entretanto, a simples presença desses elementos não garante, por si só, a construção de aprendizagens significativas. Verceze e Silvino (2008), ao analisarem a utilização dos livros didáticos em escolas públicas, destacam que a leitura, a escrita e a oralidade exigem o desenvolvimento de habilidades discursivas, textuais e gramaticais que não são adquiridas espontaneamente, mas precisam ser ensinadas de forma sistemática, planejada e contextualizada. As autoras alertam que atividades conduzidas de maneira mecânica ou desarticuladas da realidade dos estudantes podem comprometer o desenvolvimento de competências fundamentais para a participação social e para o exercício da cidadania. Além disso, identificaram que muitos professores ainda utilizam o livro didático como principal e, por vezes, único

recurso pedagógico, limitando as possibilidades de diversificação metodológica e de construção de práticas interdisciplinares.

Essa reflexão torna-se ainda mais relevante quando se observa que o livro didático continua sendo um dos recursos mais presentes no cotidiano escolar brasileiro. Conforme ressaltam Verceze e Silvino (2008), embora o livro seja um material indispensável para o processo de ensino e aprendizagem, ele não deve ser considerado a única fonte de conhecimento disponível para os estudantes. Pelo contrário, o professor precisa buscar outras fontes de informação, diferentes linguagens e variados recursos pedagógicos capazes de complementar, ampliar e enriquecer os conteúdos apresentados no material didático.

O papel do professor assume centralidade. O livro didático não ensina sozinho, não interpreta a realidade dos estudantes, não adapta conteúdos às especificidades locais e não responde, de forma autônoma, às necessidades individuais de aprendizagem. Sua efetividade depende diretamente da mediação pedagógica realizada pelo docente.



Freitas e Fracalossi (2015) destacam que a qualidade do processo educativo está intimamente relacionada à capacidade do professor de analisar criticamente os materiais didáticos disponíveis, identificar suas potencialidades e limitações e selecionar estratégias coerentes com os objetivos de aprendizagem e com as características dos estudantes. Tal compreensão exige que o professor deixe

de assumir uma postura meramente executora das atividades propostas pelo livro e passe a atuar como sujeito ativo na construção das experiências educativas.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa mediação torna-se ainda mais importante devido às especificidades do desenvolvimento infantil. As crianças aprendem por meio da interação social, da experimentação, da investigação, da brincadeira, da resolução de problemas e da participação em situações significativas de aprendizagem. Dessa forma, o livro didático deve ser utilizado como um recurso entre muitos outros, articulando-se com jogos, projetos, pesquisas, literatura infantil, atividades práticas, recursos tecnológicos, produções artísticas e experiências relacionadas ao contexto sociocultural dos estudantes.

Silva et al. (2019) reforçam essa compreensão ao afirmarem que o professor ocupa posição central no processo educativo, sendo responsável por decidir quando utilizar o livro didático, quando complementá-lo e quando recorrer a outras estratégias pedagógicas. Conforme destacam os autores, “o professor é o mediador desse processo” (SILVA et al., 2019, p. 2). Essa afirmação evidencia que o potencial pedagógico do livro não está apenas em sua qualidade técnica ou editorial, mas principalmente na forma como é apropriado, interpretado e ressignificado pelo docente.

Outro aspecto importante refere-se à contextualização dos conteúdos. Verceze e Silvino (2008) identificaram que muitos professores demonstram insatisfação com materiais que apresentam exemplos, textos e situações muito distantes da realidade vivenciada pelos estudantes. Em determinadas regiões do país, especialmente em contextos rurais ou comunidades com características culturais específicas, os livros podem apresentar referências pouco familiares às crianças, dificultando a compreensão dos conteúdos e a construção de significados. Nesses casos, cabe ao professor realizar adaptações, estabelecer relações com o contexto local e promover aproximações entre o conhecimento escolar e as experiências dos estudantes.

Dessa forma, o livro didático deve ser compreendido como um instrumento de mediação pedagógica e não como um roteiro rígido a ser seguido integralmente. Seu valor educativo não está apenas nos conteúdos que apresenta, mas na capacidade de favorecer interações, estimular questionamentos, promover reflexões e apoiar a construção de aprendizagens significativas. Quando utilizado de maneira crítica, contextualizada e articulada a outras estratégias de ensino, o livro didático

pode contribuir significativamente para os processos de alfabetização, letramento e formação integral das crianças.

PARA REFLETIR

O livro didático utilizado em sua escola favorece a construção de práticas de alfabetização e letramento contextualizadas? Ou ainda prioriza atividades centradas na repetição e na memorização?

De que maneira o professor pode transformar as propostas do livro em experiências mais significativas para seus estudantes?

1.2 INTERDISCIPLINARIDADE E LIVRO DIDÁTICO

Uma das principais demandas da educação contemporânea consiste em superar a fragmentação dos conhecimentos escolares e promover aprendizagens que permitam aos estudantes compreender a realidade de maneira mais integrada e significativa. Historicamente, a organização curricular foi estruturada a partir da divisão do conhecimento em disciplinas específicas, cada uma com seus conteúdos, métodos e formas de avaliação. Embora essa organização tenha contribuído para a sistematização dos saberes, também produziu limitações importantes, especialmente no que se refere à compreensão dos fenômenos complexos que caracterizam a vida social.

Na realidade cotidiana, os problemas enfrentados pelos indivíduos não se apresentam divididos em disciplinas. Questões relacionadas ao meio ambiente, à saúde, à cidadania, às tecnologias, às relações sociais e à diversidade cultural exigem conhecimentos provenientes de diferentes áreas. Dessa forma, torna-se cada vez mais necessário desenvolver práticas pedagógicas capazes de estabelecer conexões entre os diversos campos do saber.

É nesse contexto que emerge a interdisciplinaridade como uma perspectiva pedagógica voltada para a articulação entre diferentes áreas do conhecimento. Mais

do que simplesmente trabalhar conteúdos de disciplinas distintas em uma mesma atividade, a interdisciplinaridade pressupõe diálogo, integração e construção coletiva de conhecimentos, favorecendo uma compreensão mais ampla dos fenômenos estudados.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa abordagem torna-se particularmente relevante, pois as crianças tendem a perceber o mundo de forma global e integrada. Antes mesmo de compreenderem as divisões disciplinares criadas pela escola, elas observam a realidade como um conjunto de experiências interligadas. Por essa razão, propostas interdisciplinares favorecem a construção de aprendizagens mais significativas, uma vez que aproximam os conteúdos escolares das situações vivenciadas pelos estudantes.

Nesse cenário, o livro didático pode desempenhar papel importante como articulador das aprendizagens. Embora muitas vezes seja organizado por componentes curriculares específicos, diversos conteúdos presentes nesses materiais possibilitam abordagens interdisciplinares. Temas como alimentação saudável, sustentabilidade, diversidade cultural, direitos das crianças, convivência social, tecnologia, saúde e meio ambiente permitem a integração entre Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte.

Entretanto, a simples presença desses temas no livro didático não garante a realização de práticas interdisciplinares. Conforme observam Verceze e Silvino (2008), muitos professores ainda encontram dificuldades para desenvolver propostas que articulem diferentes áreas do conhecimento, mesmo quando os materiais didáticos oferecem possibilidades para esse trabalho. As autoras identificam que fatores como a formação inicial fragmentada, a ausência de planejamento coletivo e a pressão pelo cumprimento dos conteúdos curriculares frequentemente dificultam a construção de práticas mais integradas.

Essa realidade evidencia que a interdisciplinaridade não depende exclusivamente da qualidade do livro didático, mas principalmente da intencionalidade pedagógica do professor. Cabe ao docente identificar conexões entre os conteúdos, propor situações de aprendizagem contextualizadas e criar oportunidades para que os estudantes relacionem conhecimentos provenientes de diferentes áreas.

Nessa perspectiva, o livro didático deve ser compreendido como um ponto de partida para investigações mais amplas. Ao trabalhar um texto sobre a preservação da água, por exemplo, o professor pode desenvolver atividades de leitura e

interpretação textual em Língua Portuguesa; explorar medidas de consumo e gráficos em Matemática; discutir o ciclo da água em Ciências; analisar a distribuição dos recursos hídricos em Geografia; investigar políticas de saneamento em História; e promover produções artísticas relacionadas ao tema. Dessa forma, um único conteúdo pode mobilizar conhecimentos diversos e favorecer uma compreensão mais abrangente da realidade.

A interdisciplinaridade contribui para o desenvolvimento de competências essenciais previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tais como pensamento crítico, resolução de problemas, argumentação, criatividade, comunicação e responsabilidade social. Ao estabelecer relações entre diferentes áreas do conhecimento, os estudantes ampliam sua capacidade de interpretar informações, formular hipóteses e construir soluções para situações concretas.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial da interdisciplinaridade para promover a contextualização dos conteúdos escolares. Muitas vezes, os estudantes questionam a utilidade dos conhecimentos trabalhados em sala de aula justamente porque não conseguem perceber relações entre os conteúdos e sua vida cotidiana. Quando os temas são abordados de forma integrada e contextualizada, torna-se mais fácil compreender sua relevância social e prática.

Freitas e Fracalossi (2015) destacam que um dos critérios mais importantes na análise de livros didáticos consiste justamente na capacidade do material de favorecer conexões entre diferentes áreas do conhecimento e promover aprendizagens contextualizadas. Para os autores, materiais que apresentam situações-problema, projetos investigativos e atividades articuladas tendem a contribuir de maneira mais efetiva para a formação integral dos estudantes.

É importante destacar, entretanto, que a interdisciplinaridade não significa eliminar as disciplinas escolares. Cada área do conhecimento possui conceitos, métodos e formas de investigação próprios que precisam ser respeitados. O desafio consiste em promover diálogos entre esses conhecimentos, evitando tanto a fragmentação excessiva quanto a superficialidade das abordagens.

Nesse sentido, o professor assume papel fundamental como mediador das relações entre os diferentes saberes. Sua atuação envolve planejamento, seleção de estratégias metodológicas, adaptação de atividades e criação de situações que favoreçam a integração curricular. O livro didático, quando utilizado de forma crítica e criativa, pode contribuir significativamente para esse processo, tornando-se um

recurso capaz de articular conhecimentos, estimular a investigação e promover aprendizagens mais significativas.

Portanto, a interdisciplinaridade representa uma importante possibilidade de ressignificação do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ao utilizar o livro didático como ponto de partida para a construção de projetos integradores, o professor amplia as oportunidades de aprendizagem, fortalece a contextualização dos conteúdos e contribui para a formação de estudantes mais críticos, participativos e capazes de compreender a complexidade do mundo em que vivem.

MAPA CONCEITUAL



1.4 APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS, MEDIAÇÃO DOCENTE E INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS NO USO DO LIVRO DIDÁTICO

As profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas têm provocado mudanças significativas nas formas de ensinar e aprender. Nesse cenário, o livro didático permanece como um dos principais recursos pedagógicos utilizados nas escolas brasileiras, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Contudo, sua função não pode mais ser compreendida apenas como instrumento de transmissão de conteúdos. A educação contemporânea exige que o livro seja utilizado como recurso de mediação pedagógica capaz de favorecer a construção de aprendizagens significativas, críticas e contextualizadas.

A perspectiva da aprendizagem significativa pressupõe que os novos conhecimentos sejam relacionados aos saberes, experiências e vivências já construídos pelos estudantes. Isso significa que a aprendizagem não ocorre pela simples memorização de informações, mas pela atribuição de sentidos aos conteúdos trabalhados na escola. Quando os estudantes conseguem estabelecer relações entre aquilo que aprendem e sua realidade social, cultural e afetiva, os conhecimentos tornam-se mais duradouros e relevantes para sua formação.

O livro didático assume importante função ao organizar conteúdos, propor atividades e oferecer diferentes possibilidades de abordagem dos temas curriculares. Entretanto, a simples utilização do material não garante que a aprendizagem ocorra de forma significativa. Conforme destacam Verceze e Silvino (2008), o livro didático deve ser compreendido como um instrumento auxiliar do processo educativo, e não como única fonte de conhecimento disponível aos estudantes. As autoras ressaltam que o material precisa ser constantemente complementado por outras experiências pedagógicas capazes de ampliar a compreensão dos conteúdos e aproximá-los da realidade dos educandos.

Essa reflexão torna-se particularmente importante quando se observa que muitos estudantes encontram dificuldades para atribuir sentido aos conhecimentos escolares. Em diversas situações, os conteúdos apresentados nos livros aparecem descontextualizados, desconectados dos interesses, necessidades e experiências das crianças. Verceze e Silvino (2008) identificaram, por exemplo, que determinados materiais utilizados em regiões específicas do país apresentavam vocabulários,

exemplos e situações muito distantes do cotidiano dos estudantes, dificultando a compreensão e a participação nas atividades propostas.

Diante dessa realidade, o professor assume papel central na construção das aprendizagens. Não basta aplicar mecanicamente as atividades presentes no livro didático. É necessário interpretar os conteúdos, selecionar estratégias adequadas, promover conexões com o contexto dos estudantes e criar oportunidades para que os conhecimentos sejam mobilizados em situações reais de aprendizagem.

Freitas e Fracalossi (2015) afirmam que a qualidade do trabalho pedagógico depende da capacidade do professor de analisar criticamente os materiais didáticos utilizados em sala de aula. Segundo os autores, a escolha de um livro não deve considerar apenas a quantidade de conteúdos ou exercícios disponíveis, mas também sua capacidade de promover reflexão, contextualização, interdisciplinaridade, participação ativa dos estudantes e desenvolvimento do pensamento crítico.

Essa compreensão reforça a necessidade de que o professor atue como leitor crítico do livro didático. Mais do que seguir rigidamente as propostas apresentadas pelo material, cabe ao docente questionar os conteúdos, identificar limitações, complementar informações e adaptar atividades às características da turma. Trata-se de uma postura profissional que reconhece o livro como ferramenta pedagógica importante, mas não como elemento capaz de substituir a autonomia docente.

Ao discutir o papel do professor na utilização dos recursos didáticos, Silva et al. (2019) destacam que o educador é responsável por decidir quando utilizar o livro didático, quando complementá-lo e quando recorrer a outros recursos pedagógicos. Conforme afirmam os autores, “o professor é o mediador desse processo” (SILVA et al., 2019, p. 2), evidenciando que o potencial educativo do livro depende diretamente das estratégias desenvolvidas pelo docente.

A mediação pedagógica torna-se ainda mais relevante nos anos iniciais do Ensino Fundamental, período em que as crianças aprendem por meio da interação, da experimentação, da investigação, da brincadeira e da participação em atividades significativas. Nessas circunstâncias, o livro didático deve ser articulado a diferentes recursos e metodologias capazes de ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Além da literatura infantil, dos jogos pedagógicos, dos projetos de pesquisa e das atividades práticas, as tecnologias digitais têm assumido papel cada vez mais

importante nos processos educativos contemporâneos. O avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) modificou significativamente as formas de acesso ao conhecimento, ampliando as possibilidades de interação, comunicação e produção de informações.

Nesse novo contexto, o livro didático deixa de ocupar sozinho o centro do processo educativo e passa a coexistir com diferentes recursos digitais, como plataformas educacionais, vídeos, podcasts, jogos digitais, simuladores, bibliotecas virtuais, ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas colaborativas.

Silva et al. (2019) observam que a integração entre livros didáticos e tecnologias educacionais pode enriquecer significativamente as experiências de aprendizagem, desde que ocorra de forma planejada e intencional. Os autores alertam, entretanto, que a simples utilização de tecnologias não garante inovação pedagógica. O uso de recursos digitais deve estar articulado aos objetivos de aprendizagem e às necessidades dos estudantes.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Lévy (1999), para quem a incorporação das tecnologias na educação não deve ocorrer por modismo ou imposição social, mas pela compreensão de suas potencialidades para a construção do conhecimento. Em outras palavras, não se trata de substituir o livro didático por tecnologias digitais, mas de promover articulações que ampliem as possibilidades de aprendizagem.

Um conteúdo presente no livro didático pode, por exemplo, ser complementado por vídeos educativos, visitas virtuais a museus, pesquisas em ambientes digitais, produção de podcasts, elaboração de infográficos ou participação em projetos colaborativos online. Essas estratégias permitem que os estudantes assumam papel mais ativo na construção do conhecimento, desenvolvendo competências relacionadas à investigação, à comunicação, à criatividade e ao pensamento crítico.

Outro aspecto relevante refere-se à formação cidadã dos estudantes. Em uma sociedade marcada pela circulação intensa de informações, torna-se fundamental que a escola contribua para o desenvolvimento da capacidade de selecionar, analisar e interpretar criticamente diferentes fontes de informação. Nesse sentido, o livro didático pode funcionar como ponto de partida para discussões mais amplas sobre cultura digital, ética, cidadania, diversidade e participação social.

Portanto, a construção de aprendizagens significativas exige uma articulação permanente entre livro didático, mediação docente e diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos. O professor, ao assumir uma postura crítica e reflexiva diante dos materiais utilizados, amplia as possibilidades de aprendizagem e contribui para a formação de sujeitos autônomos, participativos e capazes de compreender os desafios da sociedade contemporânea.

PARA REFLETIR

LIVRO DIDÁTICO OU APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA?

A questão central não está em escolher entre utilizar ou não o livro didático, mas em compreender como utilizá-lo pedagogicamente.

O livro ensina conteúdos.

O professor constrói significados.

As tecnologias ampliam possibilidades.

Os estudantes produzem conhecimentos.

É da interação entre esses elementos que surgem aprendizagens verdadeiramente significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos nesse módulo o papel do livro didático nos anos iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo-o como um recurso pedagógico que ultrapassa a simples função de transmitir conteúdos escolares. Foi possível perceber que sua utilização está diretamente relacionada às concepções de ensino, aprendizagem, currículo e formação humana presentes nas práticas educativas.

O módulo enfatiza a centralidade do professor como mediador do processo educativo. Conforme evidenciado pelos estudos analisados, o livro didático não ensina sozinho. Sua potencialidade pedagógica depende da capacidade do professor de interpretar, adaptar, contextualizar e complementar os conteúdos apresentados,

considerando as necessidades, os interesses e as características da turma. Dessa forma, o docente assume papel estratégico na construção de aprendizagens significativas e na promoção da autonomia dos estudantes.

Outro aspecto relevante abordado neste módulo refere-se à interdisciplinaridade. Observamos que a fragmentação dos conhecimentos escolares constitui um desafio histórico da educação e que o livro didático pode funcionar como importante articulador curricular quando utilizado como ponto de partida para projetos integradores. Ao relacionar diferentes áreas do conhecimento, o professor amplia as possibilidades de compreensão da realidade e favorece o desenvolvimento de competências essenciais para a vida em sociedade.

Além disso, refletimos sobre a importância da análise crítica dos materiais didáticos. Os livros não são neutros. Eles expressam valores, concepções de mundo, escolhas culturais e posicionamentos ideológicos que influenciam a formação dos estudantes. Por essa razão, é fundamental que professores desenvolvam competências para avaliar criticamente conteúdos, imagens, exemplos, atividades e representações sociais presentes nos materiais utilizados em sala de aula.

Outro tema de destaque foi a relação entre livro didático, tecnologias educacionais e aprendizagem significativa. Em uma sociedade marcada pela cultura digital, o livro deixa de ocupar sozinho o centro do processo educativo e passa a dialogar com diferentes linguagens, recursos tecnológicos e ambientes de aprendizagem. Quando integrados de forma planejada e intencional, esses recursos ampliam as possibilidades de investigação, criatividade, participação e construção do conhecimento.

Compreendemos que o livro didático continua sendo um dos principais instrumentos pedagógicos da educação básica brasileira. Entretanto, sua efetividade depende de uma utilização crítica, reflexiva e contextualizada. Mais do que seguir rigidamente suas orientações, cabe ao professor transformá-lo em um recurso capaz de promover aprendizagens significativas, desenvolvimento humano, formação cidadã e participação social.

Portanto, o livro didático deve ser entendido como um instrumento de mediação pedagógica que, associado à ação intencional do professor, à interdisciplinaridade, às tecnologias e às experiências dos estudantes, contribui para a formação integral das crianças e para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

HORA DE REVISAR

- O livro didático é um importante instrumento de apoio ao ensino, mas não substitui o planejamento nem a mediação do professor.
- A aprendizagem da leitura e da escrita deve estar relacionada às práticas sociais da linguagem, favorecendo a participação ativa dos estudantes em diferentes contextos de comunicação.
- Cabe ao professor analisar, adaptar e contextualizar os conteúdos do livro didático, promovendo aprendizagens significativas e adequadas à realidade dos estudantes.
- O livro didático pode favorecer a integração entre diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para uma compreensão mais ampla e contextualizada dos conteúdos.
- Os conteúdos tornam-se mais relevantes quando dialogam com as experiências, conhecimentos prévios e vivências dos estudantes.
- Os livros didáticos devem ser avaliados quanto à qualidade dos conteúdos, representatividade, diversidade, inclusão e potencial pedagógico.
- As tecnologias digitais ampliam as possibilidades de ensino e aprendizagem, complementando o uso do livro didático e favorecendo a participação dos estudantes.
- O objetivo da educação é promover o desenvolvimento cognitivo, social, cultural, ético e cidadão dos estudantes, contribuindo para sua formação integral.

REFERÊNCIAS

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Izabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. São Paulo: Autêntica, 2008.

FREITAS, Joana Lúcia Alexandre de; FRACALOSSI, Jean Carlos Tessarolo. **Escolha do livro didático: critérios a serem considerados**. Revista Científica Interdisciplinar, v. 2, n. 2, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARPICA, Nádia S.; LOGAREZZI, Amadeu J. M. **Interdisciplinaridade e educação ambiental nos livros didáticos**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, v. 25, p. 123-139, 2010.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa**. São Paulo: Autêntica, 2008.

SILVA, R. S.; SANTOS, M. A.; OLIVEIRA, J. F.; et al. **O livro didático e sua importância no processo de ensino e aprendizagem**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 4, ed. 10, v. 1, p. 5-17, 2019.

OTTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Cecília de. **Discursos, identidades e letramentos: abordagens da análise de discurso crítica**. São Paulo: Cortez, 2014.

VAL, Maria da Graça Costa. **Alfabetização e língua portuguesa: livros didáticos e práticas pedagógicas**. São Paulo: Autêntica, 2009.

VERCEZE, Rosa Maria Nunes; SILVINO, Eliana de Fátima. **O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Mirim**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 83-102, jan./jun. 2008.



**Av. Barão de Gurguéia, 3333B - Vermelha
Teresina - Piauí**

f @/maltafaculdade

 **www.faculdademalta.edu.br**